IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

CNPJ Nº 09.541.336/0001-36
NIRE Nº 42 3 0003373-1

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - 5º andar - Agronômica - Florianópolis – SC – CEP 88025-255

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Ibitiúva Bioenergética S.A. ("Ibitiúva" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário.

1. Perfil Institucional

A Ibitiúva é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) criada para construir e gerenciar o projeto e a operação da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética ("UTE Ibitiúva" ou "Usina"). A Usina possui capacidade instalada de 33 MW[1] e energia assegurada de 20 MW médios, utilizando como combustível o bagaço resultante do processamento da cana-de-açúcar.

A autorização para a Usina foi outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em favor do Consórcio Andrade (Consórcio). O Consórcio, do qual a Ibitiúva e a Andrade Açúcar e Álcool S.A. (Andrade Açúcar e Álcool) participam com 72,90% e 27,10%, respectivamente, foi criado para a implantação e operação da UTE Ibitiúva.

Em leilão de energia de reserva promovido pela Aneel em 14.08.2008, o Consórcio vendeu 20 MW médios de energia pelo período de 15 anos, a partir de abril de 2010.

A Usina, em operação desde 2010, está localizada no município de Pitangueiras, que dista aproximadamente 60 km de Ribeirão Preto, estado de São Paulo.

2. Controle Acionário

O controle acionário da Companhia é exercido pela ENGIE Brasil Energias Complementares Ltda. (ECP), antes denominada Tractebel Energias Complementares Participações Ltda., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (EBE), anteriormente Tractebel Energia S.A., que participa com 95% do capital integralizado da Companhia. A Andrade Açúcar e Álcool detém os demais 5% do capital da Ibitiúva.

3. Desempenho Operacional

Em 2016, a geração total bruta da UTE Ibitiúva Bioenergética foi de 193,3 GWh, 16,2% superior aos 166,3 GWh gerados em 2015. O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingiu 88,5% no ano de 2016, ante aos 83,3% verificados em 2015. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2016 foi de 68,2% (67,3% em 2015).

---

[1] As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outras não são examinadas pelos auditores independentes.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2016	2015	Variação %
Receita líquida de vendas	30.879	28.023	10,2
Lucro bruto	19.976	17.367	15,0
Margem bruta	64,7%	62,0%	2,7 p.p.
EBITDA (LAJIDA)[2]	26.152	23.580	10,9
Margem EBITDA (LAJIDA)[3]	84,7%	84,1%	0,6 p.p.
Resultado financeiro	2.949	4.255	(30,7)
Lucro líquido	19.969	18.208	9,7
Margem líquida	64,7%	65,0%	(0,3)p.p.

[2] EBITDA (LAJIDA): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização

[3] Margem EBITDA (LAJIDA): EBITDA/receita líquida de vendas

b) Comentário sobre as principais variações

EBITDA: crescimento motivado, essencialmente, pelo reajuste de preço de venda de energia.

Resultado Financeiro: redução em razão do menor volume médio de aplicações financeiras entre os exercícios, bem como, pela menor variação do IPCA, índice que atualiza o mútuo ativo com a Andrade Açúcar e Álcool.

5. Agradecimentos

A Administração da Ibitiúva agradece a contribuição de todos aqueles que colaboraram para o desempenho da Companhia no ano de 2016.

A Administração

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ nº 09.541.336/0001-36 | NIRE nº 42 3 0003373-1
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2016	31.12.2015
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.875	22.240
Contas a receber de clientes	5	2.707	2.453
Penalidades a ressarcir	6	995	2.083
Estoques		790	752
Outros ativos circulantes		173	99
		42.540	**27.627**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	7	3.215	2.897
Mútuo entre partes relacionadas	8	15.574	16.252
Outros ativos não circulantes		48	46
		18.837	**19.195**
Imobilizado	9	**62.396**	**68.721**
Intangível		**334**	**372**
		81.567	**88.288**
TOTAL		**124.107**	**115.915**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2016	31.12.2015
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		2.591	2.262
Financiamento	10	7.925	7.893
Dividendos		28.697	31.008
Penalidade a pagar	6	995	1.217
Outros passivos circulantes		484	582
		40.692	**42.962**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	10	19.999	27.636
Provisão para contingência cível		58	31
		20.057	**27.667**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Capital social		38.501	38.501
Reservas de lucros		24.857	6.785
		63.358	**45.286**
TOTAL		**124.107**	**115.915**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ nº 09.541.336/0001-36 | NIRE nº 42 3 0003373-1
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2016	31.12.2015
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	12	**30.879**	**28.023**
CUSTOS DA ENERGIA VENDIDA			
Pessoal		(399)	(367)
Materiais		(674)	(690)
Serviços de terceiros		(1.836)	(2.487)
Depreciação e amortização		(6.349)	(6.349)
Energia elétrica comprada para revenda		(728)	-
Transações no mercado de energia de curto prazo		(41)	(201)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(261)	(245)
Outros		(615)	(317)
		(10.903)	**(10.656)**
LUCRO BRUTO		**19.976**	**17.367**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas		**(173)**	**(136)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**19.803**	**17.231**
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Renda de aplicações financeiras		3.891	4.800
Juros sobre depósitos vinculados e judiciais		403	428
Variação monetária sobre mútuo		960	1.677
Juros sobre financiamentos	10	(2.246)	(2.507)
Outras despesas financeiras, líquidas		(59)	(143)
		2.949	**4.255**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**22.752**	**21.486**
Imposto de renda		(1.955)	(2.327)
Contribuição social		(828)	(951)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**19.969**	**18.208**

A Companhia não possui resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração específica.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ nº 09.541.336/0001-36 | NIRE nº 42 3 0003373-1
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

			RESERVAS DE LUCROS			
	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A INTEGRALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2014	**38.508**	**(7)**	**2.409**	**37.176**	**-**	**78.086**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	18.208	18.208
Dividendos intermediários	-	-	-	(37.176)	-	(37.176)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	(13.832)	(13.832)
Destinação proposta à AGO:						
- Reserva legal	-	-	910	-	(910)	-
- Reserva de retenção de lucros	-	-	-	3.466	(3.466)	-
SALDOS EM 31.12.2015	**38.508**	**(7)**	**3.319**	**3.466**	**-**	**45.286**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	19.969	19.969
Destinação proposta à AGO:						-
- Reserva legal	-	-	998	-	(998)	-
- Reserva de retenção de lucros	-	-	-	17.074	(17.074)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.897)	(1.897)
SALDOS EM 31.12.2016	**38.508**	**(7)**	**4.317**	**20.540**	**-**	**63.358**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ nº 09.541.336/0001-36 | NIRE nº 42 3 0003373-1
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	31.12.2016	31.12.2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos	**22.752**	**21.486**
Ajustes para conciliar o lucro:		
Depreciação e amortização	6.349	6.349
Juros sobre financiamentos	2.246	2.507
Variação monetária ativa sobre mútuo	(960)	(1.677)
Juros sobre depósitos vinculados e judiciais	(403)	(428)
Outros	(18)	(157)
Lucro ajustado	**29.966**	**28.080**
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(254)	(175)
Penalidade a ressarcir	28	285
Depósitos vinculados e judiciais	83	1.755
Impostos e contribuições sociais a recuperar	-	(854)
Estoques	(38)	(33)
Outros ativos circulantes	(62)	(49)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	329	207
Penalidade a pagar	(222)	(1.589)
Impostos e contribuições sociais a pagar	(624)	9
Outras obrigações	23	-
Caixa gerado pelas operações	**29.229**	**27.636**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.256)	(2.323)
Pagamento de juros sobre financiamento	(2.009)	(2.428)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**24.964**	**22.885**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	-	(36)
Caixa líquido das atividades de investimento	**-**	**(36)**
Atividades de financiamento		
Pagamentos de financiamento	(7.842)	(7.806)
Recebimento de mútuo entre partes relacionadas	1.638	1.397
Pagamentos de dividendos	(3.125)	(27.154)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(9.329)**	**(33.563)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**15.635**	**(10.714)**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	22.240	32.954
Saldo final	37.875	22.240
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**15.635**	**(10.714)**
Transações que não envolvem o caixa e equivalentes de caixa		
Dividendos compensados	1.083	1.429
Fornecedores de ativo imobilizado	334	334
Imposto de renda e contribuição social compensados	657	854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ nº 09.541.336/0001-36 | NIRE nº 42 3 0003373-1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Ibitiúva Bioenergética S.A. ("Ibitiúva" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 28.04.2008, com prazo de duração indeterminado, e tem como objeto social construir, operar e manter unidades de geração para produção de energia elétrica, gerar créditos de carbono, participar no capital de outras Companhias, quer como acionista ou sócia, e celebrar atos de comércio decorrentes dessas atividades.

A Ibitiúva não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia, que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor e Real como moeda funcional.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração, quando necessário, baseia-se em julgamentos e estimativas para o registro de certas transações. As principais estimativas utilizadas pela Companhia que afetam suas demonstrações contábeis são as vidas úteis do ativo imobilizado.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 31.03.2017.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Ativos e passivos financeiros

a.1) Caixa e equivalente de caixa

São mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor de mercado. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa em função da intenção de resgate no curto prazo, estando registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São registradas inicialmente pelo valor da venda e posteriormente pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

Inicialmente são contabilizados pelo valor depositado e, posteriormente, são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis.

a.4) Financiamento

É reconhecido inicialmente pelo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitadas ao prazo de vigência do Consórcio Andrade, visto que nessa data os ativos serão transferidos de forma não onerosa à Andrade Açúcar e Álcool.

c) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição e as demais obrigações pelos valores conhecidos ou calculáveis.

d) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo lucro presumido de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e depósitos bancários à vista	51	41
Citibank – Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	37.824	22.199
	37.875	**22.240**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Referem-se aos valores vincendos a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), decorrentes da venda de energia no âmbito do leilão de reserva. Os valores faturados mensalmente são recebidos em parcelas iguais no prazo de 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento.

6 – PENALIDADES A RESSARCIR E A PAGAR

Referem-se ao montante líquido a receber da Andrade Açúcar e Álcool pelo ressarcimento da indisponibilidade do fornecimento de energia, motivada por insuficiência de fornecimento de insumo, que resultou em geração de energia em quantidade aquém do estabelecido no Contrato de Energia de Reserva (CER).

Conforme o contrato de consórcio, na hipótese do empreendimento deixar de fornecer a quantidade de energia elétrica devida nos termos do CER, as partes responsáveis deverão ressarcir as penalidades eventualmente aplicadas ao Consórcio ou à Ibitiúva pela indisponibilidade de energia elétrica. O saldo apresentado na rubrica "Penalidade a ressarcir" em 31.12.2016 é de 995, R$ 2.083 em 2015.

As penalidades devidas à CCEE são quitadas no mês de abril do ano subsequente à insuficiência da geração e registradas no passivo circulante na rubrica "Penalidade a pagar". O saldo apresentado nesta conta em 31.12.2016 é de R$ 995, R$ 1.217 em 2015.

7 – DEPÓSITOS VINCULADOS

Referem-se aos valores aplicados em conta reserva para garantir o pagamento dos serviços da dívida, em cumprimento às exigências contidas no contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

8 – MÚTUO COM PARTES RELACIONADAS

Refere-se ao contrato firmado entre a Ibitiúva e a Andrade Açúcar e Álcool, para que esta pudesse investir na aquisição de equipamentos, máquinas e instalações, bem como na execução das obras e serviços necessários à melhoria da eficiência do processo produtivo da usina de açúcar e álcool, com o objetivo específico de garantir o suprimento à UTE Ibitiúva da quantidade de insumos exigida nos termos do Contrato do Consórcio Andrade.

O valor vem sendo quitado em parcelas mensais e consecutivas, durante a vigência do Contrato de Energia de Reserva (CER), de junho de 2010 a maio de 2025, no valor equivalente a 3,85% do total das receitas provenientes da venda da energia elétrica gerada pelo empreendimento, calculado com base no preço original de venda da energia. O contrato prevê a atualização anual do saldo credor pela variação do IPCA, medido pelo IBGE.

a) Mutação:

Saldo em 31.12.2014	**15.972**
Variação monetária	1.677
Recebimento	(1.397)
Saldo em 31.12.2015	**16.252**
Variação monetária	960
Recebimento	(1.638)
Saldo em 31.12.2016	**15.574**

9 – IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2016			31.12.2015
	Taxa média de depreciação %	**Custo corrigido**	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**	**Valor líquido**
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	5,0	11.674	(6.219)	5.455	6.201
Máquinas e equipamentos	5,0	91.768	(34.875)	56.893	62.451
Móveis e utensílios	6,3	77	(29)	48	53
		103.519	**(41.123)**	**62.396**	**68.705**
Em curso		**-**	**-**	**-**	**16**
		103.519	**(41.123)**	**62.396**	**68.721**

b) Mutação

	Edificações e benfeitorias	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Em curso**	**Total**
Saldos em 31.12.2014	**6.947**	**67.945**	**58**	**41**	**74.991**
Ingressos	-	-	-	36	36
Transferências	(41)	101	1	(61)	-
Depreciação	(705)	(5.594)	(6)	-	(6.305)
Baixas	-	(1)	-	-	(1)
Saldos em 31.12.2015	**6.201**	**62.451**	**53**	**16**	**68.721**
Transferências	-	2	-	(2)	-
Depreciação	(746)	(5.560)	(5)	-	(6.311)
Baixa	-	-	-	(14)	(14)
Saldos em 31.12.2016	**5.455**	**56.893**	**48**	**-**	**62.396**

c) Autorização do órgão regulador

O Consórcio Andrade é detentor da autorização, com vigência até 04.04.2030, para geração de energia elétrica da UTE Ibitiúva.

10 – FINANCIAMENTO

a) Composição

	31.12.2016			31.12.2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES						
Subcréditos "A" e "C"						
Principal	3.640	11.232	14.872	3.588	14.660	18.248
Encargos	51	-	51	63	-	63
	3.691	**11.232**	**14.923**	**3.651**	**14.660**	**18.311**
Subcrédito "B"						
Principal	4.209	8.767	12.976	4.208	12.976	17.184
Encargos	25	-	25	34	-	34
	4.234	**8.767**	**13.001**	**4.242**	**12.976**	**17.218**
	7.925	**19.999**	**27.924**	**7.893**	**27.636**	**35.529**

b) Mutação

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2014	**7.891**	**35.365**	**43.256**
Juros	2.450	57	2.507
Transferências	7.786	(7.786)	-
Amortização do principal	(7.806)	-	(7.806)
Pagamento dos juros	(2.428)	-	(2.428)
Saldos em 31.12.2015	**7.893**	**27.636**	**35.529**
Juros	2.061	185	2.246
Transferências	7.822	(7.822)	-
Amortização do principal	(7.842)	-	(7.842)
Pagamento dos juros	(2.009)	-	(2.009)
Saldos em 31.12.2016	**7.925**	**19.999**	**27.924**

c) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2018	7.848
2019	7.848
2020	3.999
2021	304
	19.999

d) Condições contratadas

		Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos
BNDES – Subcrédito "A"e "C"	TJLP + 2,05% a.a. [(a)]	01.2021	Mensais
BNDES – Subcrédito "B"	4,5% a.a.	01.2020	Mensais

[(a)] O montante da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal.

e) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (ii) totalidade das ações representativas do capital social; (iii) recebíveis e conta reserva do serviço da dívida; e (iv) fiança corporativa da controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

f) Compromissos contratuais *(covenants)*

Os *covenants* estão sendo integralmente atingidos pela Companhia:
- Índice de Endividamento Geral ≤ 0,80; e
- Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3

11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito da Companhia em 31.12.2016 e 31.12.2015 é de R$ 38.508, representado por 38.508.009 ações, sem valor nominal, conforme a seguir apresentado:

	Capital social			Quantidade de ações (Mil)	
Acionistas	**Subscrito**	**Integralizado**	**A integralizar**	**Subscrita**	**Integralizada**
ECP	36.583	(36.576)	7	36.583	36.576
Andrade Açúcar e Álcool	1.925	(1.925)	-	1.925	1.925
	38.508	**(38.501)**	**7**	**38.508**	**38.501**

b) Reservas de lucros e dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 10% do lucro líquido ajustado. Em 2016, a Companhia também propôs a constituição de reserva de retenção de lucros no montante de R$ 17.074.

12 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	31.12.2016	**31.12.2015**
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	31.976	29.085
Outras receitas	70	-
	32.046	**29.085**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(1.167)	(1.062)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**30.879**	**28.023**

13 –GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a.1) Risco de mercado

Estes riscos estão relacionados com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas ao seu financiamento – a TJLP, resultando em efeitos em suas despesas financeiras.

a.2) Risco de crédito

Nas operações de aplicação no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

a.3) Risco de liquidez

A Companhia, no intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, utiliza a política de caixa mínimo, revisado anualmente com base nas projeções de caixa e monitorado mensalmente.

14 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de venda de energia

A Companhia vendeu no 1º Leilão de Energia de Reserva, através do Consórcio Andrade, 14,6 MW médios, correspondentes à sua participação na energia assegurada da UTE Ibitiúva Bioenergética.

b) Contrato de uso do sistema de distribuição

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de distribuição com a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista). O contrato tem vigência até a data de extinção da autorização da unidade geradora, em 04.04.2030.

15 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Além das operações de penalidades a ressarcir, descritas na Nota 6, e do Contrato de Mútuo, descrito na Nota 8, a Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2014, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores desse contrato são reajustados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). O valor anual do contrato é de R$ 128 (base 2017).

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2016, da Ibitiúva Bioenergética S.A.).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Antônio Gori Sattamini
Presidente

José Luiz Jansson Laydner
Conselheiro

Jairo Carolinski
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo e Financeiro

Sergio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

CONTADOR

Márcio dos Santos Rosa
CRC SC-023609/O-7

KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Ibitiúva Bioenergética S.A.
Florianópolis - SC

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Ibitiúva Bioenergética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ibitiúva Bioenergética S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

  Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1